OBS: As questões e respostas não obedecem nenhuma ordem particular.

## Questão

"...veremos contundente disputa entre dois estilos, dois modos de descrever a realidade. Numa esquina, a turba grita: "A porca torce o rabo". Na outra, se ouve um grupo que prefere assim dizer: "A esposa do suíno contorce o tendão caudal." (Gaudêncio Torquato. "O petês e o tucanês". Estadão:20/04/2014)

No trecho acima, o efeito de humor é obtido, principalmente, pelo emprego de uma figura de linguagem denominada:

Opção 1) eufemismo.

Opção 2) anáfora.

Opção 3) polissíndeto.

Opção 4) paradoxo.

Opção 5) hipérbole.

## Questão

"Lamentavelmente vamos ficando poucos os que ainda nos aproximamos do livro com paixão ansiosa. Trata-se de uma verdadeira aventura amorosa abrir um novo livro, virar suas páginas, tocar seu papel e sentir-lhe a consistência, cheirá-lo e finalmente mergulhar em seu conteúdo, absorvendo ávida e deliciosamente as palavras mágicas que nos fazem viajar sefrer, chorar, rix, amar, refletir, rezar..." (www.jb.com.br/maria-clara-lucchetti-bingemer 20/02/2014)

Assinale o item em que o pronome "não" está empregado com o mesmo sentido que apresenta em "sentir-lhe a consciência".

Opção 1) A atitude do rapaz não mais me saiu da minha cabeça o dia inteiro.

Opção 2) Permite o senhor que eu lhe copie os exemplos dados?

Opção 3) A dúvida levou-me a seguir seus passos.

Opção 4) Tiraram-te a tranquilidade minhas histórias de fantasmas?

Opção 5) Ouvindo o poema, o marido lembrou-se de sua esposa.

### Questão

Desde que virou mascote da Copa de 2014, o tatu-bola estampa o material promocional da Fifa e de seus parceiros, posa ao lado de celebridades e tem sua imagem comercializada em vários produtos. Tudo isso, porém, trouxe poucos resultados - e, principalmente, recursos - para a conservação da espécie, dizem ambientalistas, que reclamam que a Fifa não repassa recursos para conservar a espécie, exclusiva do Brasil e classificada como de possível extinção. (GIULIANA MIRANDA. Folha de São Paulo. Adaptado. 13/4/2014)

Assinale o item em que a locução conjuntiva "desde que" não apresenta o mesmo valor semântico que em "Desde que virou mascote da Copa de 2014":

Opção 1) Desde que voltem cedo, poderão ir ao Festival de Inverno.

Opção 2) Soubemos que, desde que saiu de casa, tornou-se macambúzia.

Opção 3) Desde que começou a estudar, tornou-se mais afetuosa.

Opção 4) Desde que o inclui no meu círculo de relações, parei de sentir-me tão só.

Opção 5) Você retomou os estudos desde que perdeu o emprego?

FUNCEFET Página 1 de 22

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno – Área I –

Para mim, a Web é o maior gol que eu vi ser feito desde que eu nasci. Atualmente considerada um bem essencial, a rede faz parte de nossas vidas e sem ela não conseguimos ir muito longe por muito tempo sem nos sentirmos de mãos e pés atados. (http://jblog.jb.com.br/direitoeentretenimento 20/02/2014)

Assinale o item que apresenta o sentido em que a palavra "rede" foi empregado no texto:

Opção 1) Aparelho de pesca tecido com fio que forma malhas, de largura variada, que deixam passar a água e retêm os peixes.

Opção 2) Conjunto de computadores e outros equipamentos conectados que partilham informações, notícias, soluções e serviços.

Opção 3) Grande malha que cerca a parte posterior do gol, para deter a bola quando esta ali é colocada pelo artilheiro.

Opção 4) Tecido fino de malha, com que se envolvem os cabelos quando se deseja mantê-los penteados.

Opção 5) Artefato de tecido ou malha resistente, pendurado pelas duas extremidades, onde se dorme ou repousa.

## Questão

Assinale o item em que, sem alterar o sentido original do texto, se encontra um conectivo que **não** poderia substituir a palavra "feito" em "Caía a tarde feito um viaduto / E um bêbado trajando luto/ me lembrou Carlitos" (Aldir Blanc):

Opção 1) que nem.

Opção 2) assim.

Opção 3) qual.

Opção 4) como.

Opção 5) igual.

### Questão

Assinale o único item em que o emprego do acento indicativo de crase é facultativo:

Opção 1) "À luz do candeeiro, o drama tem outra face/ É como se à letra antiga / outro valor se juntasse." (Carlos Drummond de Andrade).

Opção 2) "Escrever é dar amparo às orações, poder contemplá-las despertas sobre as linhas do papel." (Bartolomeu Campos Queirós).

Opção 3) "Macambira adiantou-se até à acácia, sentou-se no banco." (Coelho Neto).

Opção 4) "À sombra das doces moças em flor, gosto de deitar para descansar." (Carlos Drummond de Andrade).

Opção 5) "À luz da Lua, / Íamos sós pela floresta amiga, /Onde em perfumes o luar se evola." (Antonio Nobre).

FUNCEFET Página 2 de 22

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno – Área I –

Aprender a juntar consoantes e vogais não constitui o maior obstáculo aos jovens e adultos que decidem evadir-se do analfabetismo. Com uma jornada de trabalho que, quase sempre, ultrapassa nove horas diárias e outras quatro desperdiçadas em transportes públicos superlotados, falta disposição para enfrentar mais três dentro de uma sala de aula em cursos que normalmente acabam depois das 22h. (http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/adaptado 07/04/2014)

Assinale o par de vocábulos cujos prefixos têm o mesmo valor semântico:

Opção 1) enfrentar – superlotados.

Opção 2) analfabetismo – desperdiçadas.

Opção 3) consoantes – disposição.

Opção 4) disposição – desperdiçadas.

Opção 5) ultrapassa – transportes.

## Questão

No trecho "**se tenho voz e vez, não posso falar de flores**" (Lya Luft – Veja, 26/03/2014), a partícula "se" apresenta valor:

Opção 1) conformativo.

Opção 2) temporal.

Opção 3) causal.

Opção 4) integrante.

Opção 5) condicional.

# Questão

Analise as proposições abaixo e marque aquela que corresponde a uma tautologia:

Opção 1)  $p \wedge r \implies \neg q \vee r$ 

Opção 2)  $p \lor p \implies q$ 

Opção 3)  $(p \wedge r) \wedge \neg p \vee q$ 

Opção 4)  $p \lor \neg r \implies q \land \neg r$ 

Opção 5)  $\neg p \land p \land \neg q$ 

## Questão

Com relação a juros simples e compostos qual alternativa esta incorreta.

Opção 1) A capitalização simples adota um comportamento gráfico linear.

Opção 2) Uma aplicação financeira que rende 10% ao mês terá maior rendimento quando aplicado no regime de juros simples do que no regime de juros compostos.

Opção 3) Um capital de R\$ 2.000,00 aplicado, no regime de juros compostos, a taxa de 5% ao mês, durante um período de 4 meses, produz um juros de R\$ 431,00.

Opção 4) Um capital de R\$ 500,00 aplicado, no regime de juros simples, a taxa de 6% ao mês, durante 3 bimestres, gera um juros de R\$ 180,00.

Opção 5) A capitalização composta adota um comportamento gráfico exponencial.

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno – Área I –

FUNCEFET

Alberto utiliza atualmente 30% de seu salário para pagar a prestação de sua casa. Sabendo-se que houve um reajuste na prestação da casa em 20%, e o salário de Alberto aumentou em 8%, qual será o valor da porcentagem do salário que ele pagará após os reajustes:

Opção 1) 31,75% Opção 2) 32,00%

Opção 3) 35,75%

Opção 4) 30,25%

Opção 5) 33,33%

### Questão

Considere as seguintes proposições, complete as lacunas de acordo com cada uma delas e marque a opção correspondente: I - Uma taxa de é equivalente à outra taxa de \_\_\_\_\_\_\_. II - Uma taxa de transformada em efetiva fica \_\_\_\_\_\_. III - No sistema francês, ou sistema price, as prestações são iguais e periódicas, \_\_\_\_\_. IV - Uma taxa de transformada em efetiva fica \_\_\_\_\_. V - Uma taxa de juros nominal de , com juros capitalizados mensalmente apresenta uma taxa de juros sefetiva, semestral de, aproximadamente, \_\_\_\_.

**Ορção 1)** I) 21%a.b./b.; II) 12%a.m/m.; III) a partir do pagamento; IV) 10%a.m/m.; V) 67,71% ao semestre.

Opção 2) I) 20%a.b./b.; II) 6%a.m/m.; III) antes de pagas doze prestações; IV) 10%a.T/T; V) 67,71% ao semestre.

Opção 3) I) 21%a.b./b.; II) 72%a.T/T.; III) depois de pagas doze prestações; IV) 10%a.T/T; V) 53,86% ao

Opção 4) I) 22%a.b./b.; II) 24%a.m/m.; III) a partir do pagamento; IV) 10%a.T/T.; V) 82,80% ao semestre. Opção 5) I) 22%a.b./b.; II) 12%a.T/T.; III) a partir do pagamento; IV) 10%a.m/m.; V) 53,86% ao semestre.

### Questão

Segundo Robbins (2005), são vieses comuns ao processo decisório, exceto:

Opção 1) Emoção.

Opção 2) Disponibilidade.

Opção 3) Excesso de confiança.

Opção 4) Ancoragem.

Opção 5) Confirmação.

### Questão

Sobre gerenciamento de projetos, assinale a opção correta:

Opção 1) Pequenas mudanças no escopo do projeto cabem ao gestor do projeto decidir, sem necessidade de consulta ao solicitante/cliente.

Opção 2) A reunião de kick off é um evento que marca o encerramento do projeto.

Opção 3) As falhas de comunicação não são uma preocupação dos gestores de projeto, visto que as boas práticas de projetos minimizam totalmente essas falhas.

Opção 4) A disponibilidade orçamentária e financeira da organização pública e o cronograma do projeto não estão relacionados.

Opção 5) Antecipar problemas potenciais e empregar um conjunto simples e operacional de ferramentas favorece a probabilidade de sucesso de um projeto.

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno – Área

FUNCEFET Página 4 de 22

Analise as opções a seguir sobre gestão do desempenho humano no trabalho e assinale o item correto.

I - Gestão do desempenho refere-se, em termos gerais, ao desenvolvimento de ações de planejamento, execução, monitoramento, avaliação e revisão, com foco em indivíduos ou em equipes de trabalho. II - Desempenho, segundo alguns autores, relaciona-se à qualidade e quantidade de trabalho realizado, bem como ao custo e ao tempo despendidos na sua execução. Logo, abrange fatores de eficiência (resultado) e eficácia (meios ou processos). III - Desempenho é igual a competências quando o resultado exterioriza o comportamento definido como desejado para ele. IV - Na gestão do desempenho, a etapa de avaliação deve ser reforçada, visto ser a mais importante do processo. V - Um desempenho considerado incompetente refere-se ao comportamento que o indivíduo manifesta e que está aquém daquilo que ele espera.

```
Opção 1) E, E, C, E, C
Opção 2) C, C, C, C, E
Opção 3) E, C, E, E, E
Opção 4) C, E, C, E, E
Opção 5) C, C, C, C, C
```

### Questão

São técnicas para captura de informações para realizar o trabalho de mapeamento de processos, exceto:

Opção 1) Observação direta.

Opção 2) Videoconferência.

Opção 3) Benchmarking.

Opção 4) Workshops estruturados.

Opção 5) Feedback por escrito.

### Questão

Constitui crime contra as finanças públicas, exceto:

Opção 1) Ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura.

Opção 2) Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa.

Opção 3) Deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei.

**Ορção 4)** Ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente liquidada.

Opção 5) Prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei.

#### Questão

Compete aos municípios, nos termos da Constituição da República:

Opção 1) Criar, organizar e suprimir Distritos, observada a lei orgânica municipal.

Opção 2) Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensinos fundamental e médio.

Opção 3) Legislar sobre direito financeiro, como, por exemplo, ao limitar o tempo de espera nas filas de instituições financeiras.

Opção 4) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Opção 5) Decidir pela sua inclusão, ou não, em região metropolitana criada pelo Estado.

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno – Área I

**FUNCEFET** 

Assinale a alternativa correta segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

Opção 1) O princípio da moralidade administrativa nunca autoriza a desconstituição de ato administrativo praticado dentro da legalidade.

Opção 2) O nepotismo é vedado em todas as esferas de Poder e alcança, inclusive, os chamados cargos políticos, independentemente da existência de lei local dispondo nesses termos, pois essa vedação decorre, diretamente, do princípio constitucional da moralidade administrativa.

Opção 3) A demissão de empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista sem motivação não ofende o princípio da impessoalidade.

Opção 4) Ofende o princípio da publicidade a restrição, em edital de concurso público, de divulgação de justificativas apenas às questões cujo gabarito seja alterado/anulado.

Opção 5) A divulgação de dados referentes aos cargos públicos não viola a intimidade e a privacidade, que devem ser observadas na proteção de dados de natureza pessoal.

### Questão

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

Opção 1) A ação governamental que, por lei, cria despesa pode ser executada a qualquer tempo, mesmo antes da adoção das medidas de compensação.

Opção 2) Os incentivos à demissão voluntária não entram no cômputo das despesas com pessoal para o fim de cálculo dos limites de gasto nesta rubrica.

Opção 3) O projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma a atender apenas a lei de diretrizes orçamentárias.

Opção 4) Considera-se renúncia fiscal condicionada aos requisitos da lei o cancelamento de débito, ainda que de valor inferior aos respectivos custos de cobrança.

Opção 5) A criação de ação governamental que acarrete despesa pública será acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos três subsequentes.

## Questão

Sobre as leis orçamentárias, assinale a alternativa correta:

Opção 1) A LOA deverá prever o orçamento de investimentos das empresas estatais dependentes e independentes.

Opção 2) O PPA tem como funções, dentre outras, prever as possíveis alterações da legislação tributária e fixar a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Opção 3) Todo investimento cuja execução ultrapasse mais de um ano deverá estar previsto no PPA, sob pena de crime de responsabilidade, não sendo possível a inclusão de novos investimentos.

**Opção 4)** Quando da elaboração do PPA, a Prefeitura e a Câmara de Vereadores deverão planejar a aplicação de recursos públicos de modo a atenuar a enorme desigualdade entre as sub-regiões existentes no Município.

Opção 5) A LDO deve fixar as diretrizes (como o próprio nome diz), os objetivos e as metas do Governo para as despesas de capital e para as despesas correntes derivadas das despesas de capital.

FUNCEFET Página 6 de 22

A respeito da estrutura, funcionamento e organização da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta.

Opção 1) As entidades paraestatais não integram a Administração Direta nem a Indireta, mas atuam em colaboração com o Estado desempenhando atividades de interesse público.

Opção 2) As agências reguladoras são pessoas jurídicas criadas por lei e sob a forma autárquica, dotadas de regime jurídico especial que lhes assegura independência política.

Opção 3) Os consórcios públicos somente podem ser constituídos sob a forma de associação pública, dotada de personalidade jurídica de direito público e integrante da Administração Indireta de todos os entes da Federação consorciados.

Opção 4) A Constituição Federal prevê tratamento diferenciado quanto às licitações para as empresas públicas exploradoras de atividade econômica.

Opção 5) As Organizações Sociais não integram, para efeitos de supervisão, a Administração Pública Descentralizada.

### Questão

Analise os itens a seguir sobre serviços públicos e assinale a alternativa incorreta.

Opção 1) A execução dos serviços públicos pode se dar de forma indireta mediante *delegação negocial* – ou simplesmente *delegação* –, que consiste na transferência da responsabilidade pela prestação do serviço por força de ato ou contrato administrativo.

Opção 2) A execução de serviços públicos pode se dar de forma indireta mediante outorga – que alguns doutrinadores chamam de *delegação legal –*, na qual a lei cria ou autoriza a criação de uma entidade que titularizará a prestação do serviço.

Opção 3) Pode-se afirmar que a natureza *intuito personae* das concessões de serviços públicos é mitigada pela legislação, sendo possível a realização de subconcessões (subcontratações).

Opção 4) Denomina-se *caducidade* a extinção da concessão por culpa da concessionária.

**Opção 5)** Denomina-se *rescisão* a extinção da concessão de serviços públicos sem culpa da concessionária, ou seja, por critérios de oportunidade e conveniência da Administração Pública.

## Questão

Secretário municipal foi condenado em ação de improbidade administrativa por dano ao erário, resultando em perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por cinco anos, ressarcimento integral do dano e multa no valor do dano. Analise a situação descrita à luz da Lei de Improbidade Administrativa e assinale a alternativa correta:

Opção 1) O Secretário poderá tentar acordo judicial desde que ressarça integralmente o erário pelo dano causado.

Opção 2) A mera existência de investigação do ato somado a indícios de responsabilidade do agente autorizam a decretação do sequestro dos bens.

Opção 3) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam após a confirmação da sentença condenatória pelo Tribunal de Justiça.

Opção 4) As ações destinadas a levar a efeito as sanções descritas prescrevem em cinco anos após o término do exercício da função pública.

Opção 5) A proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais, na situação descrita, poderá ser fixada em dez anos.

FUNCEFET Página 7 de 22

Em um mercado sem regulação, o monopolista busca maximizar seus lucros. Sobre esse tipo de estrutura de mercado, marque o item correto:

Opção 1) O órgão regulador deve aproximar a receita do custo marginal do monopolista, dessa forma, reduzirá o lucro.

Opção 2) A alocação de recursos ofertada pelos mercados monopolistas é economicamente eficiente.

Opção 3) No caso de monopólio, não há prejuízo do bem-estar social.

Opção 4) O órgão regulador deve aproximar a receita do custo marginal do monopolista, dessa forma, reduzirá o lucro.

Opção 5) A solução regulatória é aproximar os preços cobrados dos custos médios do monopólio.

## Questão

Para atingir a máxima eficiência, é necessário que haja pressupostos, como a concorrência perfeita e a ausência de progresso técnico. No entanto, existem circunstâncias conhecidas como falhas de mercado, que dificultam atingir esse cenário.

Com referência aos temas falhas de mercado, assimetria de informações, externalidades e bens públicos, marque a alternativa correta:

Opção 1) Na presença de qualquer tipo de externalidade, a solução é reduzir a produção da firma, isso aumentará o bem-estar.

Opção 2) Os bens públicos são aqueles rivais e não-excludentes.

Opção 3) O perigo moral ocorre quando uma das partes não tem informações sobre a outra parte, como, por exemplo, o mercado de carros usados.

Opção 4) Não se pode considerar externalidade um efeito positivo de uma firma, pois o custo social é maior que o particular.

**Ορção 5)** Na seleção adversa, tem-se um problema de informação oculta, pois um dos agentes não possui as mesmas informações do outro agente.

### Questão

Considerando os conceitos de regulação, desregulação e re-regulação, marque a alternativa **incorreta**:

Opção 1) A redução de economias de escala e a segmentação de atividades fazem parte do processo de redução da atuação econômica do Estado.

Opção 2) Em alguns casos, é necessário que o regulador estabeleça barreiras de entrada, para evitar a falência de empresas competitivas e a concentração do poder econômico.

Opção 3) A regulação pode ser necessária em mercados com externalidades negativas, assim como, em monopólios naturais e em mercados defeituosos.

Opção 4) A desregulação aparece com a ideia de reduzir o papel do governo e dar maior importância ao setor privado.

Opção 5) Pode-se entender como desregulação a tendência atual de substituição do papel do Estado, de regulador para prestador de serviços.

FUNCEFET Página 8 de 22

Assinale a alternativa incorreta:

Opção 1) O Déficit Público é igual ao Investimento Público menos a Poupança do Governo.

Opção 2) Em uma economia fechada, o Produto Interno Bruto (PIB) é igual ao Produto Nacional Bruto (PNB).

Opção 3) Entende-se por deflator a razão entre o PIB Nominal e o PIB Real.

Opção 4) Se o saldo de Transações Correntes for nulo e não houver Erros e Omissões, isso implica necessariamente que o saldo do Balanço de Pagamentos também será nulo.

Opção 5) Os Investimentos Diretos no Brasil serão registrados na Conta Financeira do Balanço de Pagamentos.

## Questão

Durante os trabalhos de fiscalização a cargo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES, o servidor deverá, **exceto**:

Opção 1) Manter atitude de independência em relação ao fiscalizado, evitando postura de superioridade, inferioridade ou preconceito relativo a indivíduos, órgãos e entidades, projetos e programas.

Opção 2) Manter a necessária cautela no manuseio de papéis de trabalho, documentos extraídos de sistemas informatizados, exibição, gravação e transmissão de dados em meios eletrônicos, evitando que pessoas não autorizadas pelo TCEES venham a tomar ciência do respectivo conteúdo.

Opção 3) Atuar fora de suas competências ou atribuições.

Opção 4) Alertar o fiscalizado, quando necessário, acerca das sanções aplicáveis em virtude de sonegação de processo, documento ou informação e obstrução ao livre exercício das atividades de controle externo.

Opção 5) Evitar que interesses pessoais e interpretações tendenciosas interfiram na apresentação e tratamento dos fatos levantados, bem como abster-se de emitir opinião preconcebida ou induzida por convicções político-partidária, religiosa ou ideológica.

# Questão

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como o Ministério Público Estadual, o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. Dentre as finalidades do sistema de controle interno, **não se inclui**:

Opção 1) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado e dos Municípios.

Opção 2) Fiscalizar o cumprimento das normas da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

**Opção 3)** Dar ciência ao TCEES, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, se entenderem oportuno, os responsáveis pelo controle interno.

Opção 4) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

Opção 5) Avaliar o cumprimento das metas previstas na lei de diretrizes orçamentárias e no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado e dos Municípios.

FUNCEFET Página 9 de 22

Assinale a **única opção errada**: A Lei 4.320/1964 criou as expressões "Controle Interno" e "Controle Externo", definindo as competências para o exercício daquelas atividades. O Decreto-Lei 200/1967, em seu art. 6°, V, alçou a atividade de controle à condição de princípio fundamental da Administração Pública e estabeleceu, em seu art. 13, que o controle das atividades da Administração Federal deverá exercer-se em todos os níveis e em todos os órgãos. A Constituição Federal de 1967 atribuiu a atividade de fiscalização da gestão dos recursos públicos aos Sistemas de Controle Interno e a Constituição Federal de 1988 estabeleceu que esses Sistemas deverão ser mantidos, de forma integrada, pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e que as normas relativas à fiscalização contábil, financeira e orçamentária aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Sistema de Controle Interno tem a finalidade de:

Opção 1) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

Opção 2) Verificar a legalidade, a legitimidade, a economicidade e os resultados dos atos praticados pelos gestores públicos, inclusive quando se evidenciarem como puramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao risco.

Opção 3) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

Opção 4) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Opção 5) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres da União.

### Questão

Assinale a **única opção errada**, a partir da seguinte disposição: "Ao servidor do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES, no exercício da fiscalização determinada pelo Tribunal, são asseguradas as seguintes prerrogativas":

**Ορção 1)** Manter, no desempenho de suas atribuições, atitude de independência, serenidade e imparcialidade. Ορção 2) Requisitar auxílio e colaboração das autoridades públicas, inclusive força policial, se necessário, para garantir a efetividade do exercício de suas atribuições.

Opção 3) Livre ingresso em órgãos e entidades sujeitos à jurisdição do Tribunal.

Opção 4) Requerer, nos termos do Regimento Interno, aos responsáveis pelos órgãos e entidades nas quais forem realizadas auditorias e diligências, as informações e documentos necessários para instrução de processos e relatórios de cujo exame esteja expressamente encarregado.

Opção 5) Acesso a todos os documentos e informações necessários ao exercício de suas funções, inclusive aos sistemas eletrônicos de processamento e aos bancos de dados.

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno – Área

FUNCEFET Página 10 de 22

### Assinale a única opção errada:

Opção 1) Constitui-se em garantias do ocupante da função de titular da unidade central de controle interno e dos servidores que integrarem a unidade: I - independência profissional para o desempenho das atividades na administração direta e indireta; II - o acesso a quaisquer documentos, informações e banco de dados indispensáveis e necessários ao exercício das funções de controle interno.

Opção 2) A autoridade competente emitirá, sobre as contas e o parecer do controle interno, expresso e indelegável pronunciamento, no qual atestará haver tomado conhecimento das conclusões nele contidas.

Opção 3) Quando a documentação ou informação envolver assuntos de caráter sigiloso, a unidade de controle interno deverá dispensar tratamento especial de acordo com o estabelecido pela legislação específica.

Opção 4) O servidor lotado na Unidade de Controle Interno deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

Opção 5) O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do Controle Interno no desempenho de suas funções institucionais, será imediatamente afastado da função até a conclusão dos trabalhos da equipe do Controle Interno.

# Questão

Assinale a única opção correta:

Opção 1) Ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES compete, dentre outras: realizar, por iniciativa própria, do Governador do Estado, da Assembleia Legislativa, da Câmara Municipal ou das respectivas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções ou auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e ambiental, nos Poderes do Estado, Municípios e demais órgãos integrantes da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público.

Opção 2) A autoridade administrativa competente, respeitado seu poder discricionário, poderá adotar providências com vistas à instauração de tomada de contas especial no caso de omissão na prestação de contas ou quando constatada irregularidade na aplicação dos recursos transferidos.

Opção 3) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato poderá denunciar qualquer crime praticado por autoridades sujeitas à fiscalização do TCEES. Para ser admissível a denúncia deverá, dentre outras: i) ser redigida com clareza; ii) conter informações sobre o fato, a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção; iii) estar acompanhada de indício de prova.

Opção 4) No curso de fiscalização, se verificado procedimento de que possa resultar dano ao erário ou irregularidade grave, a equipe representará, desde logo, com vistas a obter elementos que os evidenciem e apurar as responsabilidades, ao dirigente da unidade técnica do Tribunal de Contas, o qual submeterá a matéria ao respectivo Relator, com manifestação técnica.

Opção 5) O Tribunal, no exercício de suas competências, realizará, por iniciativa própria, inspeções e auditorias, ou outro procedimento de fiscalização, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e ambiental nos órgãos e entidades sob sua jurisdição, com vistas a verificar a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade de atos, contratos e fatos administrativos, bem como instruir o julgamento de contas.

FUNCEFET Página 11 de 22

Assinale a **única opção errada**. Os princípios que norteiam as atividades de controle interno constituem-se no conjunto de regras, diretrizes e sistemas que visam a atingir objetivos específicos, garantindo a estabilidade das normas, dos valores morais e dos bons costumes, protegendo as condutas legais e preservando a ética do agente público, com base nos seguintes parâmetros, dentre outros:

Opção 1) A aderência a diretrizes e normas legais.

Opção 2) A guarda de sigilo.

Opção 3) As instruções formalizadas.

Opção 4) A independência funcional.

Opção 5) A publicidade dos dados e das informações obtidas, como princípio constitucional.

## Questão

Assinale a **única opção errada**:

Opção 1) Prescreve em cinco anos a pretensão punitiva do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES nos feitos a seu cargo.

Opção 2) Interrompem a prescrição: I - a citação válida do responsável; II - a interposição de recurso.

Opção 3) Suspende a prescrição a determinação de diligência no processo, até o seu total cumprimento.

Opção 4) Considera-se a data inicial para a contagem do prazo prescricional: I - da autuação do feito no Tribunal de Contas, nos casos de processos de prestação e tomada de contas, e nos casos em que houver obrigação formal de envio pelo jurisdicionado, prevista em lei ou ato normativo, incluindo os atos de pessoal sujeitos a registro; II - da ocorrência do fato, nos demais casos.

Opção 5) A prescrição da pretensão punitiva impede a atuação fiscalizadora do Tribunal de Contas para a verificação da ocorrência de prejuízo ao erário, mas não obsta a adoção de medidas corretivas.

# Questão

Relativamente ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES, assinale a única opção correta:

Opção 1) Havendo mais de uma parte interessada, o recurso interposto por uma delas a todas aproveita, mesmo que distintos ou opostos os seus interesses.

Opção 2) Tendo em conta os princípios da ampla defesa e do contraditório, o interessado pode interpor recurso da decisão que determinar a realização de citação ou diligência.

Opção 3) Compete ao Relator e, na sua ausência, ao Plenário o juízo de admissibilidade como condição para o processamento do recurso.

Opção 4) Cabem os seguintes recursos nos processos em tramitação no TCEES: I - recurso de revisão; II pedido de reexame; III - embargos de declaração; IV – agravo. Ademais, a interposição de recurso, ainda que venha a não ser conhecido, gera preclusão consumativa.

**Opção 5)** Nos recursos interpostos pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é assegurado o contraditório, mediante a concessão de oportunidade para oferecimento de contrarrazões recursais, quando se tratar de recurso tendente a agravar a situação do responsável ou do interessado.

FUNCEFET Página 12 de 22

A palavra controle apareceu por volta de 1600, com o significado de "cópia de uma relação de contas". Taylor, um dos principais mentores da Administração Científica, ensinava que existiam quatro princípios da administração, sendo um deles o princípio do controle, que consiste em "controlar o trabalho para se certificar de que o mesmo está sendo executado de acordo com as normas estabelecidas e segundo o plano previsto". Com relação à atual teoria relativa ao controle, é errado afirmar que:

Opção 1) O controle interno pode ser definido como o conjunto de atividades, planos, rotinas, métodos e procedimentos integrados com vistas a assegurar que os objetivos da administração sejam alcançados, de forma confiável e concreta, com eficiência, eficácia e efetividade.

Opção 2) O controle judicial é promovido por meio de mandado de segurança individual, mandado de segurança individual, mandado de segurança coletivo, ação popular, ação civil pública.

Opção 3) O controle administrativo é exercido por meio de recursos administrativos, autocontrole, controle hierárquico, controle de gestão, controle financeiro, inspeções, auditorias e correições, supervisão, ouvidoria. Opção 4) O controle parlamentar é um controle político, que visa à garantia dos interesses superiores do Estado e da comunidade, e técnico, consistente na fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial – o controle externo stricto sensu.

**Ορção 5)** O controle externo pode ser definido como o controle realizado por órgão estranho à administração responsável pelo ato controlado. É o caso do controle exercido por um dos poderes sobre outro. Portanto, não é controle externo o controle da administração direta sobre a indireta.

## Questão

Com relação a mecanismos retificadores do orçamento - créditos adicionais, aponte a alternativa incorreta:

Opção 1) Por outro lado, os créditos extraordinários não necessitam de autorização prévia e, segundo a Lei 4.320/64, são abertos por decreto do Poder Executivo, que informará de imediato ao Poder Legislativo sobre a providência tomada.

Opção 2) A autorização para a abertura de crédito especial só pode ser concedida por meio de lei específica. **Opção 3)** É considerado recurso a ser utilizado na abertura de créditos suplementares e especiais o superávit financeiro apurado em balanço orçamentário do exercício anterior.

Opção 4) Os créditos adicionais vigerão no exercício financeiro em que foram abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.

Opção 5) A abertura de créditos suplementares e especiais depende de prévia autorização legislativa.

### Questão

Com relação aos estágios da despesa e da receita pública, aponte a alternativa incorreta:

**Opção 1)** O lançamento do crédito tributário é o primeiro estágio da execução da receita e pode dar-se de forma direta ou indireta.

Opção 2) Na liquidação da despesa são procedidos as verticações e valações sobre o cumprimento, por parte do credor, das condições previamente acedadas.

Opção 3) Empenhar a despesa significa enquadrá-la no crédito orçamentário apropriado e deduzi-la do saldo da dotação do crédito.

Opção 4) O recolhimento é o terceiro estágio da receita onde os valores são enviados ou arrecadados aos cofres públicos, devendo observar o princípio da unidade de tesouraria – caixa única.

Opção 5) O pagamento é da competência da principal autoridade de cada entidade governamental ou órgão público, podendo haver delegação de competências.

FUNCEFET Página 13 de 22

Com relação à dívida ativa, restos a pagar e despesa de exercícios anteriores, aponte a alternativa incorreta:

Opção 1) O atendimento de despesas relativas a exercícios já encerrados dependerá da existência de crédito específico na lei orçamentária ou em crédito adicional.

Opção 2) É uma situação passível de enquadramento como despesa de exercícios anteriores os restos a pagar com prescrição interrompida.

Opção 3) São exemplos de dívida ativa não tributária: restituições, indenizações, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, multas de qualquer origem ou natureza, foros, laudêmios, entre outras.

Opção 4) Os restos a pagar constituem modalidade de dívida pública flutuante.

Opção 5) Os restos a pagar são resíduos passivos do exercício e compreendem as despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro.

### Questão

A classificação das receitas por fontes de recursos decorre da necessidade de melhor acompanhamento e controle do grande número de vinculações existentes entre receitas e despesas. A classificação por fontes de recursos é dividida em cinco grupos, **não** faz parte desses grupos a alternativa:

### Opção 1) Recursos Vinculados.

- Opção 2) Recursos de outras fontes Exercício Corrente e Anteriores.
- Opção 3) Recursos do Tesouro Exercícios Anteriores.
- Opção 4) Recursos Condicionados.
- Opção 5) Recursos do Tesouro Exercício Corrente.

### Questão

Com relação à execução orçamentária e financeira do setor público brasileiro, são corretas as afirmações, com **exceção** da alternativa:

**Ορção 1)** Os restos a pagar, por serem inscritos antes do fechamento anual do Sistema de Administração Financeira (SIAFI) são considerados recursos orçamentários.

Opção 2) O exercício financeiro coincide com o ano civil. No passado, entretanto, era praxe oficializar-se a extensão em alguns meses de modo a permitir a realização de operações de receita e despesa não ultimadas dentro do ano financeiro.

Opção 3) Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Opção 4) Crédito orçamentário é constituído pelo conjunto de categorias classificatórias e contas que especificam as ações e operações autorizadas pela lei orçamentária.

Opção 5) Não serão objeto de limitação de empenho no caso de frustração de arrecadação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente.

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno – Área

FUNCEFET Página 14 de 22

As técnicas de auditoria são os procedimentos a serem adotados no desenvolvimento dos trabalhos de auditoria. Assinale a **única opção errada**:

Opção 1) Dentre as técnicas de auditoria encontram-se: i) exames físicos; ii) circularização; iii) exame de documentação original; iv) conferência de somas e cálculos; v) exames de lançamentos contábeis; vi) entrevistas; vii) exames de livros e registros auxiliares; viii) correlação entre as informações obtidas; ix) observação das atividades; x) revisão analítica.

Opção 2) Entrevista consiste na formulação de perguntas e obtenção de respostas adequadas e satisfatórias. Este procedimento deve ser bem aplicado, evitando-se questionamentos desnecessários, não objeto da auditoria. As respostas podem ser obtidas através de declarações formais ou informais. Toda informação obtida deve, dentro do possível, ser examinada, constatando-se sua efetiva comprovação e veracidade.

**Ορção 3)** Circularização é a técnica que consiste em circular (de preferência em vermelho) todos os dados relevantes e informações ainda pendentes de confirmação, com vistas a que o auditor mantenha o pleno controle da evolução e das pendências dos trabalhos.

Opção 4) Exames dos Lançamentos Contábeis é o procedimento usado pela auditoria para constatação da veracidade das informações contábeis, fiscais, além de possibilitar levantamentos específicos nas análises, composição de saldos, conciliações.

Opção 5) Correlação entre as Informações Obtidas: Durante a execução do trabalho, o auditor executará serviços cujas informações estarão relacionadas com outras áreas de controle do auditado. À medida que for sendo observado este inter-relacionamento, o auditor estará efetuando o procedimento da correlação.

## Questão

Planejamento de Auditoria é a etapa na qual é definida a estratégia e a programação dos trabalhos de auditoria, estabelecendo a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames, determinando os prazos, as equipes de profissionais e outros recursos necessários para que os trabalhos sejam eficientes, eficazes e efetivos, e realizados com qualidade, no menor tempo e com o menor custo possível. Assinale a **única opção** errada:

Opção 1) Papéis de trabalho são documentos que serão preenchidos ou completados durante os trabalhos de campo, tais como, questionários, roteiros de entrevistas, checklists, mapas de processos, planilhas, relações de ocorrências encontradas e de providências adotadas.

Opção 2) Relevância: critério de avaliação que busca revelar a importância qualitativa das ações em estudo, quanto à sua natureza, contexto de inserção, fidelidade, integridade e integralidade das informações, independentemente de sua materialidade.

Opção 3) O exercício da auditoria governamental está sujeito a princípios básicos que o profissional de auditoria governamental tem o dever de observar, cumprir e executar fielmente nas suas relações com o tribunal de contas, o Poder Legislativo, os órgãos e as autoridades governamentais jurisdicionadas, os colegas de profissão, o público em geral e consigo próprio.

Opção 4) Relatório de Auditoria: documento técnico obrigatório de que se serve o profissional de auditoria governamental para relatar suas constatações, análises, opiniões, conclusões e recomendações sobre o objeto da auditoria, e que deve obedecer a normas específicas quanto à forma de apresentação e objetivos.

Opção 5) A requisição de documentos e informações, durante a auditoria (desde a fase de planejamento até a de elaboração do relatório), deve fixar prazo para seu atendimento, independentemente da disponibilidade do fiscalizado, para que este não utilize de subterfúgios para prejudicar o bom andamento dos trabalhos. Essa requisição deve ser formalizada, datado e numerado sequencialmente.

FUNCEFET Página 15 de 22

O objetivo do auditor é definir e executar procedimentos de auditoria que lhe permitam conseguir evidências de auditoria apropriadas e suficientes. A maior parte do seu trabalho consiste na obtenção e avaliação dessas evidências. A evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamenta a sua opinião. A Adequação da evidência de auditoria é a medida da sua qualidade, isto é, a sua relevância e confiabilidade para suportar as conclusões em que se fundamenta a opinião do auditor. Suficiência da evidência de auditoria é a medida da sua quantidade. A quantidade necessária de evidências de auditoria é afetada pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante e também pela qualidade da evidência de auditoria.

#### Assinale a **única opção errada**:

**Opção 1)** Os procedimentos de auditoria para obter evidências podem incluir a indagação, que consiste na busca de informações junto a pessoas com conhecimento, financeiro e não financeiro, dentro ou fora da entidade. As indagações podem ser escritas ou orais. A avaliação das respostas às indagações é parte integral do processo de indagação. Mesmo que as respostas às indagações forneçam uma base para que o auditor modifique ou realize procedimentos de auditoria adicionais, ele não pode modificar os procedimentos previamente estabelecidos.

Opção 2) Ao definir os testes de controles e os testes de detalhes, o auditor deve determinar meios para selecionar itens a serem testados que sejam eficazes para o cumprimento dos procedimentos de auditoria.

Opção 3) Geralmente obtém-se mais segurança com evidência de auditoria consistente obtida a partir de fontes diferentes ou de natureza diferente. Por exemplo, informações corroborativas obtidas de uma fonte independente da entidade podem aumentar a segurança que o auditor obtém da evidência de auditoria gerada internamente, tais como a evidência existente em registros contábeis, minutas de reuniões ou representação da administração.

Opção 4) Se a evidência de auditoria obtida em uma fonte é inconsistente com a obtida em outra; ou se o auditor tem dúvidas quanto à confiabilidade das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria, ele deve determinar quais modificações ou acréscimos aos procedimentos de auditoria são necessários para solucionar o assunto e deve considerar o efeito desse assunto, se houver, sobre outros aspectos da auditoria. Opção 5) Ao usar informações apresentadas pela entidade, o auditor deve avaliar se as informações são suficientemente confiáveis para os seus propósitos, incluindo, como necessário nas circunstâncias: i) obter evidência de auditoria sobre a exatidão e integridade das informações; e ii) avaliar se as informações são suficientemente precisas e detalhadas para os fins da auditoria.

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno – Área

FUNCEFET Página 16 de 22

A Auditoria de Gestão objetiva emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, convênios, acordos ou ajustes, a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens do Executivo ou a ele confiados, compreendendo, entre outros, os seguintes aspectos: 1. Exame das peças que instruem os processos de tomada ou prestação de contas; 2. Exame da documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos; 3. Verificação da existência física de bens e outros valores; 4. Verificação da eficiência dos sistemas de controles administrativo e contábil; e 5. Verificação do cumprimento da legislação pertinente.

#### Assinale a **única opção errada**:

Opção 1) Documentação de auditoria: documentos e anotações preparados em qualquer meio com informações e provas elaborados diretamente pelo profissional de auditoria governamental ou por sua solicitação e supervisão, ou por ele obtido, que registram as evidências dos trabalhos executados e fundamentam sua opinião e comentários.

Opção 2) Contas: conjunto de informações orçamentárias, financeiras, econômicas, patrimoniais, de custos, operacionais, sociais e de outra natureza, registradas de forma sistematizada, ética, responsável e transparente com o objetivo de evidenciar os atos e fatos da gestão pública em determinado período, possibilitando o controle, a aferição de resultados e responsabilidades e o atendimento dos princípios e das normas.

Opção 3) Erro: ato não voluntário, não intencional, resultante de omissão, desconhecimento, imperícia, imprudência, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de documentos, registros ou demonstrações. Existe apenas culpa, pois não há intenção de causar dano.

**Opção 4)** Evidências de auditoria: são elementos de convicção dos trabalhos efetuados pelo profissional de auditoria governamental, mesmo que não documentados quando óbvios, e que devem ser adequados, relevantes e razoáveis para fundamentar a opinião e as conclusões.

Opção 5) Fraude: ato voluntário intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, informações, registros e demonstrações. Existe dolo, pois há intenção de causar algum tipo de dano.

| Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno – Área I –

FUNCEFET Página 17 de 22

O profissional de auditoria governamental deve possuir as competências necessárias ao desempenho das suas atividades, o que implica o domínio do conhecimento técnico específico de sua formação e especialização, das normas de auditoria, bem como das habilidades e atitudes necessárias à realização de suas tarefas. Assinale a única opção errada:

Opção 1) O profissional de auditoria governamental deve atuar com o máximo de zelo no exercício de sua atividade. Zelo é a precaução e o nível de cuidado que uma pessoa prudente emprega na execução de seu trabalho e o seu comprometimento com as qualificações e as obrigações necessárias para a execução desse trabalho.

Opção 2) A responsabilidade do profissional de auditoria governamental está relacionada com a constatação da legitimidade, impessoalidade, moralidade e publicidade dos atos praticados pelos administradores de recursos públicos, observando-se o ordenamento jurídico vigente, bem como com a avaliação da economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, equidade e proteção ambiental na aplicação desses recursos, por ocasião da sua gestão orçamentária, financeira, econômica, patrimonial e operacional.

Opção 3) O profissional de auditoria governamental tem a responsabilidade de observar as normas de conduta estabelecidas no Código de Ética Profissional do ente auditado.

Opção 4) Dentre as competências é desejável que o profissional de auditoria governamental: i) Conheça e aplique as normas, procedimentos e técnicas de auditoria governamental; ii) Avalie o âmbito, a extensão e os recursos necessários para a execução da tarefa em face dos objetivos propostos; iii) Avalie os riscos identificados na pré-análise das transações e das operações a serem auditadas, e do impacto potencial desses riscos para o próprio trabalho de auditoria governamental; iv) Reconheça e avalie a relevância e o significação dos eventuais desvios em relação às boas práticas da Administração Pública, efetuando as pesquisas necessárias para chegar a soluções viáveis.

Opção 5) Entende-se por competência o conjunto das experiências, dos conhecimentos técnicos, das habilidades e das atitudes necessários para que o profissional de auditoria governamental possa cumprir com suas responsabilidades com eficiência e eficácia.

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno – Área

FUNCEFET Página 18 de 22

A auditoria surgiu devido à necessidade de confirmação de registros contábeis, em função do aparecimento das grandes empresas e da taxação do imposto de renda, esta baseada nos resultados apurados em balanços. Sua evolução ocorreu paralelamente ao desenvolvimento econômico e ao surgimento de grandes empresas formadas por capitais de muitas pessoas, que têm na confirmação dos registros contábeis uma garantia de proteção ao seu patrimônio, o que lhes possibilitou a obtenção de maiores volumes de financiamentos e recursos de investidores, para a expansão dos negócios em virtude da abertura dos mercados e do acirramento das concorrências. Por isso é que, até os dias atuais, a auditoria contábil ainda é a vertente mais conhecida da atividade auditoria, muito embora, no setor público brasileiro, não seja esse o ramo prevalecente. Assinale a única opção errada:

Opção 1) A auditoria governamental é o exame efetuado em entidades da administração direta e indireta, em funções, subfunções, programas, ações (projetos, atividades e operações especiais), áreas, processos, ciclos operacionais, serviços, sistemas e sobre a guarda e a aplicação de recursos públicos por outros responsáveis, em relação aos aspectos contábeis, orçamentários, financeiros, econômicos, patrimoniais e operacionais, assim como acerca da confiabilidade do sistema de controle interno (SCI).

Opção 2) Se de um lado a auditoria auxilia o administrador, confirmando os registros contábeis e completando os fins informativos da Contabilidade, por outro fiscaliza a própria administração, cujos erros, omissões ou fraudes podem ser por ela apontados.

Opção 3) A auditoria é uma técnica adotada para confirmar a exatidão dos registros e das demonstrações contábeis, por meio do exame de documentos, livros e registros contábeis. Ela pode ser interna ou externa. A externa é promovida pelos tribunais e conselhos de contas e a interna é promovida pelos auditores internos ou pelos auditores independentes.

Opção 4) A auditoria tem como objeto o conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio administrado, os quais compreendem registros contábeis, papéis, documentos, fichas, arquivos e anotações que comprovem a veracidade dos registros e a legitimidade dos atos da administração.

Opção 5) Um dos principais objetivos da auditoria, como técnica contábil, é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis, por parte dos usuários, mediante a expressão de opinião, pelo auditor, sobre a adequação das demonstrações contábeis publicadas, no que diz respeito aos seus aspectos relevantes.

### Questão

Ao efetuar as suas auditorias governamentais, os tribunais de contas têm os seguintes objetivos específicos, exceto:

Opção 1) Verificar se as demonstrações contábeis, demais relatórios financeiros e outros informes, representam uma visão fiel e justa das questões orçamentárias, financeiras, econômicas e patrimoniais.

Opção 2) Recomendar, em decorrência de procedimentos de auditoria, quando necessário, ações de caráter gerencial visando à promoção da melhoria nas operações.

Opção 3) Avaliar o desempenho da gestão dos recursos públicos sob os aspectos de economicidade, eficiência e eficácia.

Opção 4) Verificar o cumprimento da legislação pelos órgãos e entidades da Administração Pública.

Opção 5) Avaliar os resultados dos programas de governo ou, ainda, de atividades, projetos e ações específicas, sob os aspectos de necessidade, oportunidade e conveniência de suas realizações.

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno – Área I –

FUNCEFET

Assinale a única opção errada:

Opção 1) O ordenador de despesa e o dirigente de entidade, por ação direta, conivência, negligência ou omissão, são responsáveis solidários por prejuízos causados ao erário ou a terceiros, por agente subordinado, em área de sua competência, nos limites da responsabilidade a ser fixada pelo Tribunal de Contas.

Opção 2) As contas anuais do Prefeito serão acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno municipal, que conterão os elementos indicados em atos normativos do Tribunal de Contas.

Opção 3) As contas serão julgadas: I - regulares; II - regulares com ressalva; ou III - irregulares.

Opção 4) A tomada de contas especial visa à apuração dos fatos, à identificação dos responsáveis e à quantificação do dano e será, desde logo, encaminhada ao Tribunal de Contas para julgamento, independentemente do valor do dano, tendo em conta a importância da expectativa do controle e o caráter pedagógico da decisão que vier a ser adotada pelo Tribunal.

Opção 5) Verificada irregularidade nas contas, cabe ao Tribunal ou ao Relator, dentre outras: I - definir a responsabilidade individual ou solidária pelo ato de gestão impugnado; II - definir a responsabilidade solidária do agente público que praticou ou atestou ato irregular, e do terceiro que, como contratante ou parte interessada na prática do mesmo ato, de qualquer modo, haja concorrido para o cometimento do dano apurado.

### Questão

Sabe-se que os recursos aplicados no ativo são provenientes do capital de terceiros e do patrimônio líquido. Para se obter vantagem utilizando capital de terceiros é necessário que os ganhos superem os encargos financeiros incorridos. A forma mais usual de se avaliar, se há ou não ganhos, em relação ao emprego do capital de terceiros, é por meio do quociente denominado:

- Opção 1) Margem líquida.
- Opção 2) Composição do endividamento.
- Opção 3) Retorno sobre o capital próprio.
- Opção 4) Grau de alavancagem financeira.
- Opção 5) Rentabilidade do ativo.

### Questão

De acordo, ainda, com as demonstrações contábris a ima o indice de imobilização dos Recursos Não Correntes (IRNC) da empresa Vencedora 271:

- Opção 1) Financiava mais de 75% do ativo fixo, nos dois anos.
- Opção 2) Financiava menos de 70% do total do ativo fixo nos dois anos.
- Opção 3) Financiava todo o ativo fixo no ano de 2013.
- Opção 4) No ano de 2012 o índice correspondia a 1,36.
- Opção 5) Financiava todo o ativo fixo, tanto no ano de 2012 quanto em 2013.

#### Questão

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP):

- Opção 1) Os investimentos permanentes devem ser avaliados pelo método de custo.
- Opção 2) O método de mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.
- Opção 3) O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente deve ser reconhecido como ativo.
- Opção 4) As atualizações e os ajustes dos créditos e obrigações são contabilizados em conta do patrimônio líquido.
- Opção 5) Um ativo deve ser reconhecido quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados fluam para a entidade, ou o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno – Área

FUNCEFET Página 20 de 22

No que diz respeito às demonstrações financeiras consolidadas, a Lei 6.404/76 (Sociedade por Ações) define que:

- Opção 1) A consolidação das demonstrações financeiras não devem incluir as subsidiárias.
- Opção 2) A data-base das demonstrações financeiras de uma subsidiária não pode diferir em mais de seis meses da data-base do grupo.
- Opção 3) A consolidação das demonstrações financeiras é efetuada por meio de registros contábeis diretamente no sistema contábil da controladora.
- **Ορção 4)** Na consolidação os saldos, as transações, as receitas e as despesas entre empresas relacionadas são totalmente eliminados.
- Opção 5) Todas as companhias por ações estão obrigadas a preparar demonstrações financeiras consolidadas.

## Questão

A empresa Vencedora S/A, ao adquirir o controle da Cia. Semprebom, incorreu em gastos com advogados e auditores. Esses gastos são tratados contabilmente da seguinte forma:

- Opção 1) Registrados no Patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado.
- Opção 2) Registrados em conta redutora do investimento.
- Opção 3) Registrados como custo de aquisição do investimento.
- Opção 4) Registrado em resultado de exercícios futuros.
- Opção 5) Registrados, quando incorridos, como despesas no resultado do exercício.

### Questão

Com base no MCASP, o reconhecimento de uma variação aumentativa após o fato gerador de um tributo, mas antes da ocorrência da arrecadação da receita orçamentária, deve ser contabilizado nos seguintes subsistemas:

- Opção 1) Patrimonial, orçamentário e custos.
- Opção 2) Patrimonial, orçamentário e financeiro.
- Opção 3) Orçamentário, financeiro e compensação.
- Opção 4) Patrimonial, orçamentário e compensação.
- Opção 5) Orçamentário, compensação e custo.

### Questão

O critério de avaliação de um imóvel classificado como investimento é o:

Opção 1) Valor de reavaliação.

Opção 2) Valor de custo ou valor justo.

Opção 3) Valor de mercado.

Opção 4) Valor de reposição.

Opção 5) Valor atualizado monetariamente.

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno – Área I –

Página 21 de 22

FUNCEFET

GABARITO MESTRE

### Questão

Considerando as demonstrações contábeis da empresa Vencedora S/A, o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais corregionas a: ULADA

Opção 1) 145,00

Opção 2) 130,00

Opção 3) -125,00

Opção 4) 150,00

Opção 5) -25,00

## Questão

Um determinado órgão público adquiriu um veículo em 1/4/2014, tendo recebido-o em 30/4/2014. Seguindo o disposto no MCASP, um dos lançamentos que deverá ser realizado no momento da liquidação é:

Opção 1) D - Crédito empenhado em liquidação

C - Crédito empenhado liquidado a pagar.

Opção 2) D - Crédito empenhado a liquidar

C - Crédito empenhado em liquidação.

Opção 3) D - Bens móveis

C - Fornecedores.

Opção 4) D - Crédito disponível

C - Crédito empenhado a liquidar .

Opção 5) D - Bens móveis

C - Caixa.

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno – Área I –

FUNCEFET Página 22 de 22